

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE - PE
CONCURSO PÚBLICO 2019**

CADERNO DE PROVA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
NOME:
CPF:

**NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: 07 – PROCURADOR**

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta AZUL ou PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre dos envelopes dos cartões resposta, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE
CONCURSO PÚBLICO 2019

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

População em situação de rua

Um dos reflexos do intenso processo de exclusão social é a população em situação de rua que, em decorrência da ocupação do solo urbano estar baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra, não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços adequados para a habitação e, sem alternativas, utiliza as ruas da cidade como moradia. Conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente.

Entre os principais fatores que podem levar as pessoas a irem morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental.

Embora grande parte dos estudos sobre esse tipo de população tenha sido realizada no século XX, há registros de sua existência desde o século XIV. Portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia. No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou entre os anos de 2007 e 2008 uma pesquisa em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre). Os resultados dessa pesquisa foram divulgados em 2008, demonstrando que 31.922 pessoas utilizam as ruas como forma de moradia no país. Entretanto, esses números são bem maiores, pois cidades importantes não fizeram parte desse levantamento. Apesar da realização de alguns programas sociais, poucas políticas públicas são desenvolvidas para solucionar esse problema. As Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Instituições Religiosas se destacam nos serviços de amparo a essas pessoas, atuando na distribuição de alimentos, roupas e cobertores. Outro trabalho de assistência são os abrigos temporários e os albergues que, de um modo geral, são considerados insuficientes para suprir a demanda dessa população.

O desinteresse do Estado influencia diretamente no comportamento da sociedade, haja vista que os moradores de rua são tratados, ora com compaixão, ora com repressão, preconceito, indiferença e violência. Nesse sentido, devem ser desenvolvidas políticas que atuem na causa do problema, não somente em serviços de distribuição de alimentos e outros objetos, proporcionando dignidade para todos os habitantes.

(<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/populacao-situacao-rua.htm>)

01- Conforme o texto:

- A. A presença de uma parcela da população brasileira em situação de rua intensificou-se após estudos realizados recentemente, já que em outras épocas não havia resquícios.

- B. As razões que condicionaram os cidadãos a se tornarem parte da população em situação de rua estão restritamente veiculadas ao abandono por membros familiares ou a perda de pessoas próximas.
- C. A utilização da rua como forma de moradia expõe a situação vivida por uma parte da sociedade brasileira, resultado de um sistema excludente e movido pelo capital.
- D. Ações solidárias de uma parte da sociedade e de ONG's buscam solucionar esse problema de maneira que atenda a toda a população em situação de rua, sem exceção.
- E. Medidas efetivas para sanar as causas dessa condição de população em situação de rua pelo governo sobrepõem-se às emergenciais e paliativas.

02- No texto, há vários recursos linguísticos que retomam expressões e termos formando uma rede de sentidos. Assinale a alternativa em que os termos selecionados remetem, no texto, à expressão “população em situação de rua”:

- A. ‘principais fatores’ e ‘com população superior’
- B. ‘grupo populacional heterogêneo’ e ‘mais indivíduos’
- C. ‘pessoas utilizam as ruas’ e ‘parte desse levantamento’
- D. ‘esse tipo de população’ e ‘registros de sua existência’
- E. ‘amparo a essas pessoas’ e ‘comportamento da sociedade’

03- No fragmento: “... sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente.”, o vocábulo sublinhado pode ser substituído sem mudança semântica por:

- A. ... sendo obrigadas a utilizar...
- B. ... sendo influenciadas a utilizar...
- C. ... sendo puxadas a utilizar...
- D. ... sendo manipuladas a utilizar...
- E. ... sendo persuadidas a utilizar...

04- No trecho: “... há registros de sua existência desde o século XIV.”, o fragmento sublinhado exerce função sintática semelhante ao que se destaca na alternativa:

- A. “... demonstrando que 31.922 pessoas utilizam...”
- B. “...os moradores de rua são tratados...”
- C. “... políticas que atuem na causa do problema...”
- D. “... não dispõe de renda suficiente...”
- E. “... processo de exclusão social é a população em situação de rua...”

05- Considerando as normas da Ortografia vigente, é **inadequado** afirmar que:

- A. Em: “perda da autoestima”, o termo destacado deve ser grafado sem o hífen da mesma forma que ocorre com ‘semiárido’, ‘coautor’ e ‘infraestrutura’.
- B. Em: “aumento de seu contingente”, o vocábulo em destaque possui sua escrita com G, assim como os termos ‘tigela’, ‘restringem’ e ‘geringonça’.
- C. Em: “trabalho de assistência”, a palavra grifada grifa-se com SS, como também são grafadas as palavras ‘autosuficiente’, ‘digressão’ e ‘contrassenso’.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE
CONCURSO PÚBLICO 2019

- D. Em: “em decorrência da ocupação”, o termo grifado possui escrita com RR, como ocorre com os vocábulos ‘autoretro’, ‘antirugas’ e ‘contrarregra’.
- E. Em: “ora com compaixão”, grifa-se a palavra sublinhada com X, igual à escrita dos termos ‘xenófobo’, ‘bolixe’ e ‘enxumaçar’.

06- No trecho: “a população em situação de rua que [...] não dispõe de renda suficiente”, emprega-se plenamente as normas da regência verbal. Indique a alternativa cujo enunciado diverge desses princípios estabelecidos pela norma culta.

- A. As situações precárias a que se submete a população em situação de rua no Brasil registram as marcas da exclusão social.
- B. A população em situação de rua da qual os governantes se esquecem recebe ajuda de uma pequena parcela da população.
- C. A falta de uma moradia digna de que tantos cidadãos se queixam faz ressurgir problemas de séculos passados.
- D. As ruas da cidade nas quais mora a população em situação de rua demonstram a luta diária por espaço urbano e por sobrevivência.
- E. As condições dignas de habitação as quais sonha essa população em situação de rua devem ser prioridade nas ações do Estado.

07- Analise as proposições a seguir em relação aos aspectos morfossintáticos presentes no texto e assinale a alternativa correta.

- A. No trecho: “a população em situação de rua se caracteriza”, tem-se um verbo em destaque que se encontra no mesmo tempo e modo do grifado em: ‘a população em situação de rua não teve’.
- B. No trecho: “No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome...”, a expressão em destaque caracteriza o nome “Ministério” e exerce a função de adjunto adnominal.
- C. No segmento: “Entretanto, esses números são”, o elemento de coesão destacado, denominado de pronome, possui a função de retomar o que já foi expresso anteriormente e articular novas ideias ao texto.
- D. No trecho: “são considerados insuficientes”, a palavra sublinhada apresenta afixado a seu radical um prefixo de negação, o que caracteriza a formação por derivação parassintética.
- E. No trecho: “podem levar as pessoas a irem morar nas ruas”, os verbos grifados são classificados como regulares e exigem o mesmo tipo de complemento.

08- No período: “... sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.”, o enunciado em destaque pode ser reescrito sem alteração semântica por:

- A. ‘ainda que a cada ano mais indivíduos utilizem as ruas como moradia.’
- B. ‘já que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.’
- C. ‘caso a cada ano mais indivíduos utilizassem as ruas como moradia.’

- D. ‘ao passo que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.’
- E. ‘conforme a cada ano mais indivíduos utilizem as ruas como moradia.’

09- Considerando as regras da pontuação, analise os enunciados a seguir e marque a alternativa que **não** condiz com as exigências da norma culta.

- A. Em: “espaços adequados para a habitação e, sem alternativas, utiliza as ruas da cidade como moradia.”, o emprego das vírgulas justifica-se por isolar um adjunto adverbial deslocado.
- B. Em “realizou entre os anos de 2007 e 2008 uma pesquisa em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre).”, o uso dos parênteses sinaliza um momento intercalado no texto em que há acréscimo de informação.
- C. Em: “Portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nos séculos anteriores”, a vírgula foi empregada para indicar o uso da conjunção deslocada.
- D. Em: “Conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo”, a vírgula foi utilizada para separar as orações coordenadas assindéticas.
- E. Em: “ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas”, utilizam-se as vírgulas para separar termos de mesma função sintática.

10- No que concerne a algumas relações semânticas ocorridas nos enunciados, analise as proposições e assinale a alternativa correta.

- A. No trecho: “composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados”, o fragmento destacado estabelece uma relação concessiva.
- B. No trecho: “Embora grande parte dos estudos sobre esse tipo de população tenha sido realizada no século XX, há registros de sua existência desde o século XIV.”, nota-se, no primeiro segmento, uma relação de proporção.
- C. No trecho: “Portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente”, o segmento inicial é marcado pela relação de consequência.
- D. No trecho: “Entretanto, esses números são bem maiores, pois cidades importantes não fizeram parte desse levantamento.”, o fragmento destacado traz uma relação de explicação.
- E. No trecho: “os moradores de rua são tratados, ora com compaixão, ora com repressão, preconceito, indiferença e violência.”, os fragmentos sublinhados estabelecem uma relação de adversidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE
CONCURSO PÚBLICO 2019

11- No fragmento: “Combate à Fome”, a ocorrência da crase foi empregada plenamente. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase deve ser mantido ao substituir ‘Fome’ por:

- A. Desigualdades Sociais
- B. Miséria
- C. Preconceitos
- D. Condições indignas
- E. Ato de violência

12- A redação dos enunciados está correta na alternativa:

- A. Ainda há muito a se discutir a cerca de soluções para a problemática da população em situação de rua.
- B. A falta de uma moradia digna leva ao desespero a população em situação de rua da cidade.
- C. No Brasil, tanto o Governo quanto a sociedade haveriam de propor soluções para a falta de moradia.
- D. É preciso que hajam ações da iniciativa privada e políticas de assistência emergencial para esse publico- alvo.
- E. A população de rua crescente cada vez mais no país precisam deixar, de ser invisível aos olhos da sociedade.

13- Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta:

- A. No período: “ Nesse sentido, devem ser desenvolvidas políticas que atuem na causa do problema”, a oração grifada tem função de adjunto adnominal, sinaliza um sentido de restrição e é classificada como oração adjetiva.
- B. No fragmento: “mas que têm em comum”, a palavra destacada deve ser acentuada por se tratar da flexão do verbo ‘ter’, conjugado no tempo presente do indicativo, na terceira pessoa do singular.
- C. No trecho: “forma de moradia no país”, o vocábulo sublinhado está acentuado pela mesma regra de ‘saí’, ‘baláístre’ e ‘constrói’.
- D. No trecho: “ mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.”, o elemento em destaque pertence à categoria das conjunções e traz ao contexto uma relação de conformidade.
- E. No trecho: “ Os resultados dessa pesquisa foram divulgados em 2008”, a expressão destacada ressalta o emprego do verbo na voz ativa.

14- No que se refere às regras da concordância verbo-nominal, assinale a alternativa em que foram plenamente respeitadas:

- A. Em épocas passadas, a população em situação de rua nunca passou despercebida, e muitas pessoas solidárias, nos grandes centros, dedicava uma parte do seu tempo a ajudar.
- B. Fazem-se urgente que movimentos solidários em prol da população em situação de rua seja evidenciado pelas mídias e sociedade.
- C. Na contemporaneidade, constata-se índices cada vez maiores de pessoas desabrigadas, porém nenhuma medida imediata de solução é efetivada pelo governo.
- D. Cada um dos cidadãos brasileiros que fazem parte da população em situação de rua parecem representarem um ser invisível diante de uma boa parcela da sociedade moderna.

- E. As condições de precariedade que assolam a população em situação de rua no Brasil mostram que ainda há lacunas em uma democracia ausente de igualdade social plena.

Poema tirado de uma notícia de jornal

João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número.

Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro

Bebeu

Cantou

Dançou

Depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

BANDEIRA, M. Estrela da vida inteira: poesias reunidas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

15- Considere as afirmações seguintes em relação ao texto e assinale a alternativa **incorreta**:

- A. O texto denomina-se como um poema, embora se evidencie o caráter narrativo, caracterizado pela presença do personagem e de ações ocorridas num determinado tempo e espaço.
- B. Há um predomínio da função referencial, visto que se prioriza a objetividade da linguagem, a transmissão da informação ao interlocutor de maneira direta e clara, sem envolver aspectos subjetivos.
- C. O uso da variante culta da língua, sem ocorrência de transgressão, predomina ao longo de todo o texto, o que reforça o estilo da escrita formal no campo da notícia jornalística.
- D. A estrutura do poema se destaca na formação de versos longos e curtos, como também, na escolha lexical por termos comuns para abordar, na arte literária, um assunto do cotidiano.
- E. Percebe-se, no texto lírico, o teor crítico ao retratar a realidade cotidiana do povo simples do Rio de Janeiro, como moradia precária, viver na condição de favelado, ser um João comum, sem identidade definida.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE
CONCURSO PÚBLICO 2019

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

16 – A Administração Indireta é composta tanto por pessoas jurídicas de direito público, quanto de direito privado. Nesse sentido, são características comuns entre o regime jurídico das pessoas de direito público e de direito privado componentes da Administração Pública Indireta apenas as descritas nos itens:

- I. Só através de lei podem ser extintas.
- II. Possuem personalidade jurídica própria.
- III. Possuem capacidade de autoadministração.
- IV. O seu objeto só poderá ser alterado através de lei de mesma natureza daquela que criou a entidade.
- V. Todas estão submetidas ao controle positivo do Estado.

- A. I, II e IV, apenas.
- B. II, III e V, apenas.
- C. I, II e V, apenas.
- D. I, II, e III, apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

17 – Quanto ao Poder Regulamentar da Administração Pública, é incorreto afirmar:

- A. Trata-se de um poder-dever da Administração.
- B. É uma das formas pelas quais o Poder Executivo pode expressar sua função normativa.
- C. Os atos gerados a partir do Poder Regulamentar geram efeitos gerais e abstratos.
- D. O Poder Regulamentar é a prerrogativa pela qual a Administração poderá alterar uma lei já existente, a fim de possibilitar o efetivo cumprimento da norma.
- E. Nos termos da Constituição, o Congresso Nacional está autorizado a sustar atos normativos oriundos da Administração que extrapolem o Poder Regulamentar.

18 – Ainda sobre o Poder Regulamentar, com relação ao controle judicial exercido sobre ele é correto afirmar:

- A. Caso o ato submetido ao controle judicial seja *contra legem*, somente será viável o controle de legalidade decorrente do cotejo entre o ato e a lei.
- B. Será cabível Ação Direta de Inconstitucionalidade para suscitar a ilegalidade do ato normativo regulamentar manifestamente divergente do sentido e do conteúdo da norma legal que pretendeu regulamentar.
- C. Só é possível o controle judicial de ato regulamentar através da arguição de descumprimento de preceito fundamental, prevista no artigo 102, §1º da Constituição Federal.
- D. Na ausência de norma regulamentadora, é possível ao interessado impetrar mandado de segurança a fim de declarar a inércia da administração no seu dever de regular a matéria, permitindo que o indivíduo exerça os direitos de que é titular.
- E. Em se tratando de decreto executivo que regulamente uma lei complementar, quando elaborado *ultra legem* com relação à lei que deveria regulamentar, o controle judicial deverá abranger tanto o controle de legalidade quanto o controle de constitucionalidade.

19 – Nem sempre, os administradores agem de maneira adequada e culminam por extrapolar os limites legais impostos ao exercício do poder. Nesses casos, estar-se-á diante de formas de abuso de poder. A conduta abusiva pode se configurar tanto como um excesso de poder, quanto como um desvio de poder. No tocante a esse tema, é correto afirmar:

- A. O ato praticado com abuso de poder só pode ser invalidado através de revisão judicial.
- B. Quando o agente busca com o ato abusivo alcançar uma finalidade diversa daquela atribuída pela lei, configura-se o excesso de poder.
- C. A invalidação da conduta abusiva só poderá ocorrer na esfera administrativa, através do poder de autotutela, tendo em vista que só a própria administração pode reavaliar o mérito do ato administrativo.
- D. Nos atos administrativos que tenham sido praticados com abuso de poder por se distanciarem do interesse público, o agente atua em evidente desvio de poder.
- E. Toda conduta praticada com abuso de poder corresponde a um ilícito penal.

20 – Em determinado Município X existe uma lei na qual fica expressa a determinação de que não poderá haver a instalação de mais de um estabelecimento comercial com o mesmo ramo de atividade em determinada área que a lei especifica. Analisando-se esse caso concreto, conclui-se corretamente que:

- A. Em virtude do poder de polícia de que é titular, o Município pode instituir limitações à atividade comercial dentro de seu território, como a descrita no caso apresentado.
- B. O Município não poderia impor tal determinação, pois isto implicaria em ofensa ao princípio da livre concorrência, assegurado na Constituição Federal.
- C. A determinação constante na lei do Município X representa uma forma de sanção de polícia.
- D. Por se tratar de uma forma de regulação de mercado, a competência para elaborar a referida lei seria da União.
- E. A administração é dotada do poder de polícia, que possui autoexecutoriedade. Dessa forma, é dispensável a edição de lei para a imposição de vedação de instalação de estabelecimentos comerciais de mesmo ramo de atividade dentro da mesma área, bastando apenas um decreto.

21 – Com relação ao motivo dos atos administrativos, julgue os itens a seguir em certos ou errados.

- I. Pode-se dizer que o motivo é o pressuposto fático ou jurídico que fundamenta o ato administrativo.
- II. O motivo representa a formalidade do ato administrativo, por tal razão, deve ser escrito.
- III. Motivo é a manifestação expressa da justificativa do ato praticado.
- IV. Pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo está vinculada aos motivos que o fundamentam, de forma que se estes são falsos ou inexistentes, o ato será nulo.
- V. O motivo é embasado em uma situação prévia à prática do ato administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE
CONCURSO PÚBLICO 2019

A quantidade de itens certos é:

- A. Um, apenas.
- B. Dois, apenas.
- C. Três, apenas.
- D. Quatro, apenas.
- E. Cinco.

22 – Quanto à discricionariedade dos atos administrativos, está incorreto o que se afirma em:

- A. A fonte da discricionariedade é a lei.
- B. O motivo do ato administrativo só será discricionário quando a lei não o definir, deixando-o ao inteiro critério da Administração.
- C. A discricionariedade do administrador nunca é total.
- D. Com relação ao sujeito, não existe discricionariedade, sendo o ato administrativo sempre vinculado.
- E. Quando a lei estabelecer vários objetos possíveis para atingir a finalidade do ato, sendo todos eles válidos, haverá discricionariedade da Administração na escolha de um deles.

23 – José, agente diplomático do Brasil, foi citado no estrangeiro e alegou extraterritorialidade. No entanto, José deixou de designar onde tem, no país, o seu domicílio. Neste caso, de acordo com as regras previstas no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que:

- A. José poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde teve domicílio.
- B. Por ser agente diplomático do Brasil, José deverá ser demandado exclusivamente no Distrito Federal, pois é o local que se considera como seu domicílio.
- C. Como José é funcionário público, tem como domicílio o lugar em que exerce permanentemente suas funções.
- D. Neste caso, o foro competente será o do último domicílio de José no Brasil.
- E. Como José não possui residência habitual no Brasil, será considerado como seu domicílio o lugar onde for encontrado.

24 – Com relação ao usufruto, analise as proposições a seguir.

- I. O usufruto pode recair em bens móveis ou imóveis.
- II. O usufruto de bens imóveis será constituído mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis, se não resultar de usucapião.
- III. O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos.
- IV. O usufruto, por decorrência lógica, sempre se estende aos acessórios da coisa e seus acréscidos.
- V. Se houver frutos naturais pendentes ao começar o usufruto, estes serão do usufrutuário em qualquer hipótese, sem encargo de pagar as despesas de produção.

Diante das proposições analisadas, é correto afirmar que:

- A. Apenas os itens III e V são falsos.
- B. Existem apenas dois itens verdadeiros.
- C. Todos os itens são verdadeiros.
- D. Apenas os itens IV e V são falsos.

E. Só existe um item falso.

25 – O Código Civil prevê a possibilidade de novação, instituto através do qual as partes criam uma nova obrigação para substituir e extinguir uma obrigação anterior. A respeito desse instituto jurídico, não se pode afirmar:

- A. Toda novação possui natureza jurídica negocial.
- B. Dá-se a novação quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.
- C. Para que seja possível a realização de novação é necessário que a obrigação primitiva seja pecuniária.
- D. Ocorre novação subjetiva passiva quando um novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- E. É possível a ocorrência de novação subjetiva passiva por delegação.

26 – Com relação aos contratos de comodato, não está correto o que se afirma em:

- A. Havendo necessidade imprevista, o comodante poderá suspender o uso e gozo da coisa emprestada antes de findo o prazo convencional.
- B. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis que se perfaz com a tradição do objeto.
- C. O comodato é contrato unilateral a título gratuito.
- D. No contrato de comodato apenas o comodatário se obriga em face do comodante.
- E. Pelo comodato o comodatário adquire a posse precária do bem, posse esta que não se convalesce jamais, sendo insuscetível de usucapião.

27 – A usucapião é uma forma de aquisição da propriedade. Sobre o tema, analise as proposições a seguir.

- I. Podem ser objeto de usucapião tanto bens móveis, quanto imóveis.
- II. A usucapião é um modo originário de aquisição da propriedade.
- III. É possível a soma de posses para o reconhecimento da usucapião.
- IV. Na usucapião extraordinária é dispensável a boa-fé do sujeito.
- V. Para que se configure a usucapião é necessário o preenchimento concomitante de três requisitos: posse, tempo e *animus domini*.

Estão corretos os itens:

- A. II e V, apenas.
- B. I, II e III, apenas.
- C. II, III e V, apenas.
- D. II, III, IV e V, apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE
CONCURSO PÚBLICO 2019

28 – Com relação aos contratos aleatórios, é incorreto o que se afirma em:

- A. Nos contratos aleatórios não é possível verificar antecedentemente se haverá equivalência das prestações.
- B. Se o contrato aleatório disser respeito a coisas futuras, e estas vierem a existir em quantidade inferior à esperada, o adquirente só pagará ao alienante o valor proporcional à quantidade efetivamente existente.
- C. Trata-se de contrato bilateral, oneroso, no qual um dos contratantes assume o risco em virtude da incerteza do resultado.
- D. O contrato de seguro é um exemplo de contrato aleatório.
- E. Se a coisa objeto do contrato aleatório não vier a existir, sem que o outro contratante tenha concorrido dolosa ou culposamente para isso, este fará jus ao recebimento integral do que lhe foi prometido, ainda que do avençado nada venha a existir.

29 – A Constituição Federal consagrou os Municípios à categoria de entes federativos, ao dispor, em seu artigo 1º, que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Quanto aos Municípios, dentro dessa sistemática adotada pela Carta Magna, não se pode afirmar:

- A. Os Municípios possuem âmbitos exclusivos de competências políticas.
- B. Os Municípios são regidos pela lei orgânica, que deverá ser votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios e os preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- C. Nos Municípios cujas populações sejam superiores a cinquenta mil e que atinjam até oitenta mil habitantes, as Câmaras Municipais de Vereadores deverão ser compostas por no máximo treze vereadores.
- D. Sob o aspecto hierárquico, a lei orgânica do Município está situada em posição de superioridade em relação às demais leis municipais e abaixo da Constituição Federal e da Constituição do respectivo Estado.
- E. Os vereadores municipais não possuem as mesmas garantias conferidas aos parlamentares federais e estaduais.

30 – No âmbito Federal, o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas da União. Quanto a este último, analise as proposições abaixo.

- I. O Tribunal de Contas da União é um órgão de natureza técnica que possui por finalidade auxiliar o Congresso Nacional na atividade de controle e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades que compõem a União.
- II. O Tribunal de Contas da União não integra o Poder Legislativo nem a ele se subordina, mantendo apenas uma relação de vinculação institucional.
- III. O Tribunal de Contas da União possui autonomia administrativa e de autogoverno.
- IV. O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

- V. Ao Tribunal de Contas da União compete julgar as contas prestadas pelos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Diante das proposições analisadas, é correto afirmar que:

- A. Apenas os itens I e V são falsos.
- B. Existem apenas dois itens verdadeiros.
- C. Todos os itens são verdadeiros.
- D. Apenas os itens II e IV são falsos.
- E. Só existe um item falso.

31 – As normas constitucionais podem ter eficácia plena, contida ou limitada. No que concerne às normas constitucionais de eficácia contida está correto apenas o que se diz em qual das alternativas abaixo?

- A. As normas de eficácia contida não podem ser restringidas por nenhuma lei superveniente.
- B. Por se tratar de norma constitucional, apenas a própria Constituição Federal poderá restringir essas normas de modo a diminuir seu âmbito de incidência.
- C. Embora possuam a eficácia contida, essas normas gozam de aplicabilidade direta, de modo que o Poder Público não tem o condão de posteriormente lhe dar uma atuação restritiva.
- D. Essas normas possuem aplicabilidade indireta, haja vista necessitarem de uma norma futura que lhes dê eficácia.
- E. São também chamadas pela doutrina de normas de eficácia restringível, uma vez que, embora a matéria versada tenha sido regulada, admite que norma posterior venha a restringir sua eficácia.

32 – Existem diversos critérios adotados para classificar as constituições. Assim, quanto ao conteúdo, origem, estabilidade e finalidade, pode-se dizer que a Constituição Federal Brasileira de 1988 é, respectivamente:

- A. Formal, Promulgada, Rígida e Dirigente.
- B. Dogmática, Histórica, Rígida e Garantia.
- C. Escrita, Outorgada, Analítica e Material.
- D. Promulgada, Normativa, Semirrígida e Laica.
- E. Formal, Codificada, Material e Analítica.

33 – Acerca das competências constitucionais dos Municípios, assinale a alternativa incorreta:

- A. Os Municípios têm competência legislativa suplementar à legislação federal e estadual, no que couber.
- B. Em razão do pacto federativo brasileiro, os Municípios têm autonomia e soberania, gozando de poderes para auto-organização, autogoverno e autoadministração.
- C. A criação, organização e supressão de distritos é de competência privativa dos Municípios, observada a legislação estadual.
- D. Os municípios têm competência para instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana adotando alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE
CONCURSO PÚBLICO 2019

E. É de competência municipal a elaboração do plano diretor, que, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

34 – Acerca do Poder Constituinte, faça as associações corretamente entre as modalidades e as proposições abaixo.

1. Poder constituinte originário
2. Poder Constituinte derivado decorrente
3. Poder constituinte derivado revisor
4. Poder Constituinte derivado reformador

- () Determinado Estado-membro, através de sua respectiva Assembleia Legislativa, elabora a sua própria Constituição, objetivando sua auto-organização.
- () Poder Constituinte que decorre da previsão do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para possibilitar a revisão constitucional, após cinco anos, contados da promulgação da Constituição.
- () Determinado chefe de estado apresenta novo texto normativo que cria a Constituição de um novo Estado, instituindo um novo ordenamento jurídico.
- () No ordenamento jurídico brasileiro vigente, é exercido exclusivamente pelo Congresso Nacional, que, através de rito próprio, pode emendar a constituição vigente.

Assinale a única alternativa que indica a sequência correta.

- A. 1, 2, 3, 4.
- B. 1, 2, 4, 3.
- C. 2, 3, 1, 4.
- D. 2, 4, 1, 3.
- E. 3, 2, 1, 4.

35 – Acerca das Tutelas Provisórias, à luz do Código de Processo Civil, julgue as proposições em V para Verdadeira e F para Falsa.

- () Todas as tutelas provisórias têm por característica a sua precariedade, não sendo alcançadas pela coisa julgada.
- () Em regra, quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, a tutela de urgência de natureza antecipada não deverá ser concedida.
- () Para a concessão das Tutelas Provisórias, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, exceto quando tratar-se de tutela de urgência, em razão da evidência da probabilidade do direito.
- () Em razão do princípio do Contraditório, as tutelas de urgência só poderão ser concedidas após justificação prévia.
- () O sequestro e o registro de protesto contra alienação de bem são exemplos de medidas capazes de efetivar a tutela de urgência de natureza cautelar, podendo o juízo determinar a aplicação de qualquer outra medida idônea para a assecuração do direito.

Assinale a única alternativa correta:

- A. Todas as proposições são verdadeiras.
- B. Todas as proposições são falsas.
- C. Apenas uma proposição é falsa.
- D. Apenas duas proposições são verdadeiras.

E. Apenas três proposições são verdadeiras.

36 – Acerca da formação do processo e seus efeitos, julgue as proposições em V para Verdadeira e F para Falsa:

- () A Ação é considerada proposta com o protocolo da petição e inicial, mas a sua propositura só torna litigiosa a coisa quanto ao réu com a sua citação válida, desde que seja ordenada por juízo competente.
- () É considerada proposta a Ação quando a petição inicial for protocolada, mas a sua propositura só torna litigiosa a coisa quanto ao réu com sua a citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente.
- () A Ação será considerada proposta com o seu efetivo recebimento pelo Juízo competente através do despacho inicial, mas a sua propositura só torna litigiosa a coisa quanto ao réu com a sua citação válida.
- () A propositura da ação só produzirá efeitos quanto ao réu após a sua primeira manifestação nos autos do processo, momento em que induzirá a litispendência acerca da demanda.
- () É considerada proposta a Ação mediante o protocolo da petição inicial, mas a sua propositura só induzirá litispendência quanto ao réu com sua a citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente.

Assinale a única alternativa correta:

- A. Todas as proposições são verdadeiras.
- B. Todas as proposições são falsas.
- C. Apenas uma proposição é falsa.
- D. Apenas duas proposições são verdadeiras.
- E. Apenas três proposições são verdadeiras.

37 – Acerca da legitimidade para proposição de Ação Civil Pública, julgue as proposições em V para Verdadeira e F para Falsa:

- () Conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares, vez que os direitos tutelados são individuais homogêneos, de caráter disponível.
- () Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.
- () Mesmo se o Ministério Público não intervier na Ação Civil Pública como parte, deverá atuar obrigatoriamente como fiscal da lei.
- () É facultado ao Poder Público habilitar-se como litisconsorte de qualquer das partes da Ação Civil Pública.
- () Na Ação Civil Pública, é inadmissível o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados, em razão do princípio institucional da Unidade do Ministério Público.

Assinale a única alternativa correta:

- A. Todas as proposições são verdadeiras.
- B. Todas as proposições são falsas.
- C. Apenas uma proposição é falsa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE
CONCURSO PÚBLICO 2019

- D. Apenas duas proposições são verdadeiras.
- E. Apenas três proposições são verdadeiras.

38 – Acerca da Ação Popular, assinale a única alternativa incorreta:

- A. Conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, as pessoas jurídicas apenas terão legitimidade para propor ação popular quando incluírem, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- B. Qualquer cidadão será parte legítima para propor a ação popular.
- C. Para fins de comprovação da cidadania, para proposição da ação popular, exige-se o título eleitoral, ou documento que a ele corresponda.
- D. Após sua a propositura, é facultado a qualquer cidadão se habilitar como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- E. Em caso de desistência da Ação Popular por parte do autor, e outro cidadão não se habilitando, o Ministério Público poderá assumir o polo passivo, promovendo o prosseguimento da ação.

39 – Sobre as regras processuais de Competência e sua modificação, assinale a única alternativa incorreta:

- A. As partes não podem modificar a competência em razão da matéria através da eleição do foro decorrente de convenção entre as partes.
- B. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, podendo eleger o foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- C. A eleição do foro formalizada através de instrumento contratual escrito também obrigará os herdeiros e sucessores das partes.
- D. O juízo poderá, de ofício e antes mesmo da citação, reputar ineficaz a cláusula de eleição de foro abusiva, determinando a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- E. Restando comprovada a violação das partes acerca da eleição do foro convencionalizada por instrumento escrito, não cabe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição do foro, em decorrência do princípio contratual “pacta sunt servanda”.

40 – Analise as proposições, e assinale a única alternativa correta:

I. Para interposição da Execução Fiscal, a Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.	PORQUE	II. A Certidão de Dívida Ativa é espécie de ato administrativo formal, devendo obedecer às exigências legais para a sua constituição.
---	---------------	---

- A. As duas proposições são falsas.
- B. A primeira proposição é falsa, a segunda proposição é verdadeira, mas a segunda proposição não é justificativa para a primeira.
- C. A primeira proposição é verdadeira, a segunda proposição é falsa e não é justificativa para a primeira.
- D. As duas proposições são verdadeiras e a segunda proposição é justificativa para a primeira.
- E. As duas proposições são verdadeiras, mas a segunda proposição não é justificativa para a primeira.

